

PROCESSO DE GESTÃO PEDAGÓGICA E A INCLUSÃO DA ESCOLA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA-AM

Lucijane Nogueira dos Santos¹

Elton Castro Rodrigues dos Santos²

RESUMO

O presente trabalho intitulado “Processo de Gestão Pedagógica e a inclusão da Escola Municipal no Município de Itacoatiara-Am.” propõe elucidar a importância que o projeto político pedagógico tem em uma escola, especificamente na Escola Municipal Luiza Mendes, campo de investigação, que nos trouxe um parâmetro da linha de pesquisa investigada, e nos permitiu chegar a respostas para os questionamentos levantados. A construção do projeto político pedagógico (PPP) é peça fundamental no planejamento das instituições de ensino em seus vários níveis e modalidades. É onde a escola idealiza quais suas metas e objetivos e quais os possíveis caminhos para atingi-los, é um instrumento que tende a ajudar a encarar os desafios do dia a dia da escola de uma forma sistematizada, consciente, científica e participativa. Para ser legítimo, o PPP necessita ter a participação de toda a comunidade educacional, espontaneamente ou por representatividade também autêntica e democrática. Imprescindível é que à frente de sua constituição esteja a direção escolar, desempenhando seu comando no conjunto, movimentando e estimulando todos à participação, compartilhando e orientando. O objetivo geral é analisar a contribuição do PPP para o processo de gestão na escola Municipal Luiza Mendes no município de Itacoatiara – AM. Esta investigação utilizou-se de pesquisa bibliográfica para composição do referencial teórico, a pesquisa de campo, a pesquisa descritiva e a pesquisa qualitativa.

Palavras chaves: Projeto. Político. Pedagógico. Inclusão.

Introdução

Este trabalho é um desdobramento do mestrado em Educação que visa elucidar de que forma o Projeto Político Pedagógico – PPP contribui para o bom andamento das atividades dos profissionais da educação da escola Municipal Luiza Mendes, juntamente com a gestão e comunidade onde a mesma está inserida, tendo em mente que o Projeto Político Pedagógico de uma Escola nada mais é, do que o planejamento institucional que promoverá as ações e os objetivos que se pretendem alcançar.

Este planejamento da escola (PPP) é entendido como um processo de mudança e de antecipação do futuro, que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela escola. Sua dimensão político pedagógica pressupõe uma construção participativa que envolve ativamente os diversos

¹ Graduada em Pedagogia, Especialista em Educação Inclusiva. Atualmente é mestranda na Universidade Saint Alcuin – Chile, e-mail nogueiralucijane2@gmail.com

² Graduado em Pedagogia, especialista em Educação Inclusiva, mestrado e doutorado em Educação, orientador deste trabalho e membro e orientador na Universidade Saint Alcuin – Chile, e-mail: eltoncastr@gmail.com

segmentos escolares incluindo a educação inclusiva. O PPP é um instrumento que tende ajudar a encarar os desafios do dia a dia da escola de uma forma sistematizada, consciente, científica e participativa. É o caminho mais acertado para reelaborar a escola, dando sentido às suas intenções e objetivos. Deve conceber o compromisso de um grupo com um determinado caminho no cenário educacional, apresentando com nitidez sobre as forças e os limites dos seus integrantes.

Hoje a escola não está conseguindo corresponder às demandas da sociedade. As exigências do mundo atual apontam para uma educação diferenciada, exigindo qualificação, formação e informação constante dos educadores, uma vez que o mundo globalizado aponta para incessante transformação, o que requer do educador, o conhecimento dessa realidade, a reflexão sobre ela, para só depois planejar as ações para a construção da realidade desejada. A Escola procurará se adaptar para a inclusão, e na ocasião ou falta de orientação para a realização deste trabalho, procurará auxílio de especialistas a importância que o PPP tem em uma escola, especificamente na Escola Municipal Luiza Mendes, campo de investigação, que nos trouxe um parâmetro da linha de pesquisa investigada, e nos permitiu chegar a respostas para os questionamentos levantados sobre a inclusão.

É indispensável que, nessas ações, estejam contempladas as metodologias mais adequadas para atender às necessidades especiais do indivíduo. A partir dessas intenções, se faz necessário enfatizar que o projeto político pedagógico supera a dimensão pedagógica, englobando também a gestão financeira e administrativa, ou seja, os recursos necessários à sua implementação e as formas de gerenciamento. Portanto, construir o projeto político-pedagógico significa encarar o desafio da transformação global da escola, tanto na dimensão pedagógica, administrativa, como na sua dimensão política. Segundo Gadotti (1994 apud Veiga, 2004, p.12), “todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas com o futuro”.

Barroso (2005, p.21) descreve:

A introdução da gestão participativa na escola obriga a atuar simultaneamente nas pessoas e nas estruturas. Quanto as primeiras, é preciso dar condições (recursos, formação, motivação) para que os diferentes membros da organização explorem em conjunto as suas “zonas de iniciativas” e afetem a sua autonomia relativa aos processos de tomada de decisão coletiva e à sua negociação. Quanto as segundas, é preciso encontrar formas de organização e de execução do trabalho na escola que quebrem o isolamento das pessoas, dos espaços e das práticas, induzam a constituição de equipas, estabeleçam a circulação da informação, democratizem as relações, responsabilizem os atores, e permitam elaborar e executar projetos em conjunto.

Para Barroso (2005), a responsabilidade de construir e executar um PPP tornou-se o diferencial na participação coletiva do indivíduo principalmente quanto se refere a educação inclusiva numa escola de campo, mas somente pode tornar-se admissível se a equipe gestora conhecer e compreender os conflitos que existem entre educação e inclusão social. Com isso, acolherá todas as pessoas, desde o estudante com deficiência física, aos que têm comprometimento mental, os superdotados, para todas as minorias, como também para todas as crianças que são discriminadas por qualquer outro motivo. A Escola procurará se adaptar para a inclusão, e na ocasião ou falta de orientação para a realização deste trabalho, procurará auxílio de especialistas na Rede Municipal de Educação SEMED em Itacoatiara - AM.

O papel da Gestão democrática na formação de um Projeto Político Pedagógico

O papel da Gestão democrática na elaboração da proposta pedagógica tem como ponto de vista a valorização de pensamentos e ideias de todos os que desejam uma educação de qualidade, que exige rigor teórico-prático de quem organiza, decide, dirige, debate, discute a organização escolar, parafraseando Ferreira (1999, p. 124), este profissional “tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação”. Estabelecendo metas a serem atingidas em função das demandas explicitadas no trabalho dos professores, e a outros fatores que ajudam ao ensino aprendizagem do educando e do educador na escola para um futuro melhor.

Dentro dessas atribuições o gestor, enfrenta muitos desafios que comprometem a sua ação frente às exigências que surgem. Nesse sentido Libâneo (2005, p. 332) define “O diretor não pode ater-se apenas às questões administrativas. Como dirigente, cabe-lhe ter uma visão de conjunto e uma atuação que apreenda a escola em seus aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e culturais”. Assim, os profissionais, precisam estar conscientes de que os alunos devem ter uma formação cada vez mais ampla, promovendo o desenvolvimento das capacidades desses sujeitos.

Isso acontece à medida que professores e coordenadores agem conjuntamente observando, discutindo e planejando, vencendo as dificuldades, expectativas e necessidades, requerendo momentos individuais e coletivos entre os membros do grupo, atingindo aos objetivos desejados. Dessa forma, a necessidade de manter a própria formação, independente da instituição e de cursos específicos, correndo o perigo de cair no desânimo e comodismo e fatores de ordem pessoal que podem interferir em sua prática, que muitas das vezes, se questionam quanto à necessidade desse profissional e chegam à conclusão que esse sujeito pode

promover significativas mudanças, pois esse trabalha com formação e informação dos docentes, principalmente no espaço escolar é dinâmico e a reflexão é fundamental a superação de obstáculos, socialização de experiências e fortalecimento das relações interpessoais. Como diz Vasconcelos (2002, p. 21), é o Projeto “[...] que vai articular, no interior da escola, a tensa vivência da descentralização e, através disto, permitir o diálogo consistente e fecundo com a comunidade e com os órgãos dirigentes”.

Uma gestão democrática é peça fundamental no espaço escolar, pois busca integrar os envolvidos no processo ensino-aprendizagem mantendo as relações interpessoais de maneira saudável, valorizando a formação do professor dentro de suas habilidades para lidar com as diferenças com o objetivo de ajudar efetivamente na construção de uma educação de qualidade. Segundo Meirieu (1998, p. 15), diz que, “a aprendizagem é uma história que coloca diante de uma intervenção extra”; uma história em que o sujeito se confrontam, trabalham e se articulam, nunca com muita facilidade. De certo modo, esse pensamento nos leva a refletir que a dialética vem nos garantido a transformação do saber existente e conhecedor dos problemas coletados no decorrer do ano letivo. Com isso, é necessário que esteja sempre estudando, lendo, buscando novos conhecimentos para um desenvolvimento contínuo de uma gestão melhor.

A Educação Inclusiva e a prática inovadora na sala de aula

A Educação Inclusiva é uma prática inovadora que está enfatizando a qualidade de ensino para todos os alunos, exigindo que a escola se modernize e que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. É um novo paradigma que desafia o cotidiano escolar brasileiro. São barreiras a serem superadas por todos: profissionais da educação, comunidade, pais e alunos. Precisamos aprender mais sobre a diversidade humana, a fim de compreender os modos diferenciados de cada ser humano ser, sentir, agir e pensar.

A impressão que nos foi dada diante das falas relativas aos problemas estruturais é que as mesmas têm sido incorporadas mais como justificativa para o não fazer e não se empenhar na busca da excelência do processo de inclusão escolar desses alunos, do que propriamente um problema a ser resolvido. Uma das falas aponta a duração do tempo de aula como curta para dar um bom atendimento a esses alunos: “Sinceramente não, porque a gente não tem tempo, 40 minutos na sala, mal dá para você dar aula, quanto mais para ter este atendimento individualizado”. É verdade que 40 minutos de aula é tempo insuficiente para se conhecer uma turma, no entanto, ao receber um grupo de crianças, com o qual vai trabalhar, o professor necessita conhecê-los.

Uma outra questão é quanto ao aproveitamento deste tempo, se há na classe uma criança que necessita de um prazo maior para a execução de sua tarefa, é inegável que o planejamento de seu trabalho necessita dar conta deste aluno, dentro do limite estabelecido como tempo de aula. O tamanho das turmas é outro problema apontado pelos professores. “Com as turmas grandes como a gente tem, eu acho complicado sim, eu acho complicado”. Realmente, quando a turma é numerosa, o trabalho docente fica comprometido em qualquer situação regular e, mais ainda, com alunos incluídos. Problema não afeta somente os alunos portadores de educação especiais; ele afeta todos aqueles que venham a possuir alguma dificuldade que exija uma atenção maior do professor. Por isso, reforçamos o que já foi dito: a importância fundamental de se conhecer o grupo com o qual se vai trabalhar.

O modelo da inclusão convida os educadores a terem um olhar diferenciado para cada aluno, para poderem conceder direitos iguais a todos, como nos lembra Stainback e Stainback (1999, p. 29):

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valor igual e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiências as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo.

O processo de mudanças operacionais nas escolas só irá ocorrer na medida em que essas instituições reconheçam sua responsabilidade com todos os alunos, evitando haver preferências ou discriminações, dando ao professor melhores condições de trabalho e uma remuneração que evite a necessidade de se trabalhar em mais de uma escola. Aí com certeza, quem conhece, saberia buscar todos os recursos possíveis e imaginários para ajudar, o professor precisa estar ligado a novas ideias, novas descobertas, novas situações, tanto internas quanto externas à escola em que leciona a falta de tempo não pode ser uma justificativa qualquer, sustentada pela ideia de que se ele tivesse condições seria bem diferente de suas ações.

Mas, se a escola pública, instituição social de importância central na organização dos conhecimentos produzidos pela sociedade, ignorar os talentos evidenciados por seus alunos, regra geral, oriundos das classes populares, se ela não encontrar condições de trabalho com as individualidades, não conseguir organizar práticas pedagógicas voltadas para a diversidade no aprender, não garantir ambientes escolares enriquecidos e estimulantes para estes e todos os seus alunos marcados pelo estigma da exclusão, certamente, manteremos nossos alunos cada vez mais distantes do processo de construção de uma sociedade democrática e cidadã, por ter

que contribuir com a sua própria subsistência e a de seus familiares, não tiveram acesso continuado ao nível superior e encontravam-se conformados de que se um dia o fizessem, teriam que fazê-lo via universidades particulares, expressando uma “certeza” da impossibilidade de se submeterem com sucesso às universidades públicas. Se os alunos vão para a escola para aprender e nós, que recebemos alunos com diferentes níveis de desenvolvimento real, não nos encontramos preparados e/ou disponíveis para lidar com a diversidade humana e com os seus talentos, como conseguiremos superar as exclusões praticadas? Como contribuiremos para a construção de uma sociedade mais justa e democrática? A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) se mostra muito mais avançada que a própria sociedade em que vivemos, pois a lei de ensino recomenda ações socioeducativas que são verdadeiros desafios para a sociedade. Nela, estão possibilidades de organização escolar em “séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar” (art. 23). E quando é que ele não recomenda? A matrícula não mais está condicionada à idade apenas, pois independente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino (art. 24, II, c). O mesmo deve ser considerado em relação à acomodação das turmas que poderão ser organizadas em classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, Educação Inclusiva com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares (art. 24, IV) e a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado (art. 24, V, c). No capítulo V, específico da Educação Especial, são assegurados aos alunos com necessidades educacionais especiais: currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às suas necessidades (art. 59, I); aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (art. 59, II); professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (art. 59, III); Educação Especial para o trabalho, visando à sua efetiva integração na vida em sociedade, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (art. 59, IV).

A inclusão da educação como direito humano

Após o estudo, de maneira essencial e relatado historicamente o direito a educação inclusiva no nosso país como mostra a instituição brasileira hoje. Para isso, buscou-se a fala de Gentili (2009, p.6) afirmando que:

[...] a inclusão da educação como direito humano fundamental supôs o reconhecimento de uma série de questões associadas indissolivelmente unidas a esse direito [...] O fato incontestável e que a afirmação do direito a educação, como um direito humano fundamental, estava associada ao reconhecimento das condições indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Acredita que a inclusão na educação e uma base que pode ser estrutura de ensino é a figura essencial nesse processo investigador e articulador de ações. Que muitas das vezes exigem a execução de seus direitos constitucionais que não são vistas em seus espaços em sala de aula, a especificidade de sua tarefa e as competências e habilidades necessárias a essa função que rege a cada profissional que atual direta ou indiretamente na escola seja eles da rede municipais ou estaduais em que trabalham com a educação inclusiva.

Pois toda a função busca um desafio em sua pratica vivenciada, juntamente com os projetos pedagógicos favorece um melhor desempenho em sua área de trabalho, visualizando melhor o comportamento do educando e até mesmo do educador como tutor do aluno em sala de aula, para isso ser gerado um bom fruto é preciso da interação entre a objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabeleça, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. Antes de tudo, é um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo como: professore, equipe técnica, alunos, seus pais e a comunidade como um todo.

Vasconcelos, (2004, p.151) conceituam os desafios

Um dos maiores desafios, do ponto de vista da prática pedagógica, é realizar um trabalho que tenha um significado relevante tanto para o professor quanto para os alunos [...] de certa forma, a reflexão sobre sua proposta de trabalho envolve uma série de outras questões muito importantes para a construção da identidade profissional.

Que passa a ser vista e articulada em torno do trabalho da proposta geral da escola e não ser elemento de controle formal e burocrático. É interessante refletir sobre a diferença entre acompanhar – que é uma necessidade – e fiscalizar - que é colocar-se fora e acima do processo ensino aprendizagem que busca auxiliar o professor a torna a sua tarefa menos árdua e contribuirá para o sucesso de ensino aprendizagem que requer a participação coletiva de toda

comunidade escolar e local na aplicação dos recursos financeiros, na organização pessoal, na manutenção de patrimônios, na construção e na execução de projetos educacionais, na elaboração e aplicação do regime Escolar, do Plano de Desenvolvimento da Escola e na construção e implantação do Projeto Político Pedagógico.

Para obter esse desenvolvimento democrático com êxito na escola, faz-se necessário a utilização de mecanismos que possibilitem participação, compromisso e partilha mento de decisões, sendo pois, o Coordenador Pedagógico um elemento ativo em todas as proposições da Escola. Com toda essa mudança, devem partir do sujeito (professor, aluno, pai, etc.). Este é um princípio básico do que deve ser aplicado não só em sala de aula (partir de onde o aluno está!), mas também na pedagogia institucional. Não cair numa análise moralista, de acusações, como se a pessoa tivesse o tipo de prática que tem por ter decidido livre e conscientemente. Ter clareza e objetividade no que vai fazer, e a partir de onde está não é ficar só no olhar crítico de lá. Buscar entender não para justificar, mas para ajudar a mudar a situação que o problema se encontra.

Neste campo, a gestão da escola tem uma especial tarefa, na medida em que pode ajudar no delicado processo de interação, e de interpretação dos acontecimentos e de produção de sentido para o trabalho que ajudara as opções feitas no momento, para os conteúdos, para o estudo e, no limite, para a vida. O Projeto Político-Pedagógico entra justamente neste campo como um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado, para a sua utilização por aqueles que desejam efetivamente a mudança na sala de aula. Este projeto tem a função de articular, no interior da escola, vivenciando a descentralização, aparte burocrática do projeto em se. Que para forma uma escola coerente é, sobretudo, planejar coletivamente os rumos, anseios, ideias que darão vida a esse currículo e a esse projeto, próprio da escola e dela para a vida de todos que aceitam a valiosa experiência que é aprender, novos caminhos ganhando sentido como: o da ética, da profissão de cada um, dos planos dos alunos e das famílias por extensão e outros que levem a uma nova estrutura de ensino de qualidade.

Até porque Vivemos num mundo globalizado que não temos o pensamento coletivo onde deveríamos construir uma comunidade que fosse tanto da escola como da sociedade, para isso faz-se necessário pautar-se em um conjunto de valores definidos em termos amplos posto em prática, aumentando a participação dos movimentos sociais, criando novas formas de articular o mundo real e os problemas sociais com a escola, de tal maneira que esta esteja integralmente vinculada às experiências das pessoas em suas vidas cotidianas, que hoje é bombardeada pela violência que infelizmente chegou nas zonas rurais, e isso é um fato de nossa realidade nas vivencia em nossas escolas e no mundo em que está vinculada pela mídia.

Metodologia

O presente trabalho foi realizado com a pesquisa bibliográfica para levantamentos de referencial teórico para conhecimento do tema, através de estudos em livros, artigos científicos, tendo como objetivo recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta, sobretudo que se adapte melhor ao objetivo de estudo considerado importante pelos pesquisadores em educação. É abordagem qualitativa, para Minayo (1992, p.07), “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”, por acreditar que é possível conceber o sujeito a partir da interação com o objeto como algo inacabado que tem a possibilidade de construir sua história, no qual se pretende perceber o que está por trás dos fenômenos que se apresentam. E a entrevista se constitui em um complemento para os dados obtidos na observação. É amostragem composta do diretor, coordenador em função, e com os professores.

E análise dos resultados foram de caráter descritivo e exploratório. Descritiva porque descreveu as observações dos dados coletado, que segundo Veiga (2004, p.47), “ela expõe característica de determinada população ou determinado fenômeno, podendo ainda estabelecer correlação entre variáveis e definir sua natureza sem compromissos de explicar os fenômenos que descreve”. Exploratória em razão de explorar se a coleta possui embasamento adequado para realizar o estudo. Para Veiga (2004, p. 27) pesquisa exploratória “é a investigação de realizar em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, por sua natureza de sondagem.” Concluindo com questionários e entrevistas para o enriquecimento dos resultados coletados.

Resultados e Discussões

Falar sobre a pesquisa e o tema em seu estudo é definir um sinônimo em comum no ser humano, porque ele busca fontes de pesquisa de toda forma para poder produzir suas ideias ideológicas e ao saber conhecer mais e mais do seu tema que apresenta-se resumidamente, uma reflexão sobre a importância da Inclusão Educação nas escolas Públicas e Estaduais nas escolas de campo que busca novos paradigma na sociedade. Não adianta introduzirmos novos elementos a velhas práticas. Com isso, o pesquisador ganha conhecimentos, estratégias, experiências de que nem tudo é o certo da maneira que pensa ou age. Para isso, se realizar é preciso sair do local para investigar melhor a problemática em questão, ter outras visões,

experimentar novas técnicas de aprendizagem para fortalecer o conhecimento, ajuda a conhecer um modo novo e melhorar de ensinamentos e aprendizagem na vida educacional tanto do aluno com deficiência quanto a aprendizagem do professor.

Os resultados obtidos foram satisfatórios todos participaram espontaneamente, houve apoio da direção da escola e de todos que foram escolhidos para fazerem parte do projeto em estudo foi aproveitado as reuniões da escola e da comunidade social para ser tido ou falado sobre o estudo que seria feito no local com os professores em formação. Analisado os trabalhos de pesquisa ressalta-se que houve dois pontos um negativo e o outro positivo. Os negativos foram que alguns moradores que residem no local não entendiam, o porquê da entrevista, pois já correram outras pesquisas sobre o mesmo tema e nada tinha sido feito para a melhoria das pessoas daquele local. Como qual quer pesquisador foi explicado o motivo pela qual tinha o levado ali naquele momento. Essas experiências servem para observar o porquê do comportamento das crianças na sala de aula, devido já ter uma outra visão trazida de casa ou de um outro local onde convivem diariamente.

E os pontos positivos variam e um deles estar ligada a boa administração e organização da escola para o desenvolvimento do corpo docente até mesmo para o melhoramento do meio ambiente da escola dos alunos e todos os funcionários e todos que fazem parte do contexto educacional através desta pesquisa foi conseguido progresso com relação ao desenvolvimento da Educação Inclusiva dentro e fora da escola. Tendo como observação a “criança como um ser dinâmico que a todo o momento interage com a realidade operando ativamente com objetos e pessoas. Essa interação constante com o ambiente faz com que a criança construa estruturas mentais e adquira maneira de faze-las funcionar” (FREINET, 1977, p. 90).

Toda criança tem uma maneira própria de ser criativo que estabelece certa integração no convívio social relacionando-se com o indivíduo e objetos dessa maneira a criança constroem um ambiente no quais suas estruturas mentais, sejam trabalhadas, essas ações são construídas de forma que funcionem como se tivessem refletindo sobre a realidade em que suas experiências são recriadas em seu cotidiano e sobre o meio em que vive manter o ambiente agradável para ambas partes. Para compreender este processo foram utilizados pesquisas e leituras de alguns teóricos a respeito do assunto, esses contribuíram de maneira a dar suporte a pesquisa para minimizar este problema que vem sendo como um desafio para os educadores na escola Luiza Mendes.

Em virtude em que foi mencionado nesse texto, realizar um projeto de pesquisa sobre o tema em estudo na escola, são espaços privilegiados de formação a Educação Inclusiva no nosso município é a forma de interagir diretamente com a comunidade e operar mudanças na

sociedade. É um compromisso de reparar o educando para a cidadania como ser sociocultural, crítica e autônomo capaz de desenvolver suas habilidades como cidadão se interagindo conforme as teorias aprendidas nesse contexto os modificando-os e removendo-os como um produtor de conhecimentos e de criatividade.

Esses pontos que foram esclarecidos ajudarão o professor em formação a lidar com os problemas e acontecimentos da realidade que envolve uma tarefa importante para Educação Inclusiva com responsabilidade e solidariedade no uso dos bens comuns e recursos naturais, de modo a respeitar o ambiente e as pessoas de sua comunidade, incentivando o convívio escolar será um fator determinante para a aprendizagem de valores e atitudes.

Pode-se concluir que, através dos resultados apresentados dessa pesquisa, muitas são as necessidades de aprofundamento teórico do tema e de aperfeiçoamento do trabalho em si, principalmente em seus aspectos mais aplicadas. Entre eles, destaca-se a importância de investimentos na formação contínua de professores, para que as sugestões contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/1996), sejam aplicadas com eficiência, dentro e fora das salas de aula, contribuindo assim para a formação de um cidadão com consciência crítica, capaz de interferir no contexto onde está inserido. Enfim, é preciso mudar o perfil de nossa escola pois a mesma ainda não democratizou sua forma de atendimento, já que existe muitas.

Considerações Finais

Esta pesquisa se propôs com objetivo geral de analisar a contribuição do PPP para o Processo da Educativa Inclusiva no espaço escolar com apoio da gestão escolar na Escola Municipal Luiza Mendes no Município de Itacoatiara – AM, que responde-se a pergunta central: de que forma o PPP contribui para o bom andamento das atividades dos profissionais da educação inclusiva da escola Municipal Luiza Mendes, juntamente com a gestão e comunidade onde a mesma está inserida?” De acordo com os dados coletados a partir dos questionários aplicados, percebeu-se que os professores que participaram do processo de investigação, tem consciência de que o projeto político-pedagógico (PPP) é um documento no qual estão registradas as ações e projetos que uma determinada comunidade escolar busca para seu ano letivo, sendo auxiliados de forma política e pedagógica por professores, coordenação escolar, alunos e familiares. Para isso constroem atividades pedagógicas que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem com crianças deficientes.

Assim, o projeto precisa ser conhecido, discutido e reformulado sempre em concordância com as políticas públicas educacionais vigentes, sem perder a análise crítica da realidade que se manifesta a nível micro, mas que é reflexo da realidade globalizada. Apesar de o PPP ser um instrumento burocrático, caracteriza-se também por ser democrático, por definir a identidade da escola e indicar caminhos para ensinar com qualidade.

No segundo objetivo específico, que visa “verificar como o Projeto Político Pedagógico está sendo aplicado na gestão da escola Municipal Luiza Mendes no Município de Itacoatiara AM”, verificamos através do questionário aplicado aos professores e equipe gestora, que a gestão sempre procura trabalhar de forma democrática e tem todo o cuidado para que as ações e estratégias planejadas, sejam efetivadas, e quando precisa haver mudança de plano, é reunido com os professores e toda a equipe, posto a situação e planeja-se novas ações. Isso é importante, visto que deve-se ter em mente que situações inesperadas podem ocorrer, então sempre será necessário realizar a avaliação das ações e retomada de decisões.

Apesar de o PPP ser um instrumento burocrático, caracteriza-se também por ser democrático, por definir a identidade da escola e indicar caminhos para ensinar com qualidade. Segundo Ferreira (2009, p. 01), “fazer o PPP implica planejamento de todas as atividades no âmbito escolar, execução das ações previstas, avaliação do processo e retomada. Isso somente é possível se instituída a prática do registro e da reflexão sobre ele”. Sua importância está no desenvolvimento de uma instituição de ensino que almeja uma educação eficiente e de qualidade. Ele é completo o suficiente, tornando-se uma rota flexível o bastante para se adaptar às necessidades dos alunos. Assim, a sua construção deve conter os temas como: missão, público-alvo, dados sobre a aprendizagem, relação com as famílias, recursos, diretrizes pedagógicas e plano de ação.

O PPP vai além da dimensão pedagógica, pois também engloba a questão financeira e administrativa da escola. Na verdade, esse instrumento expressa a cultura, valores, crenças, significados, assim como um modo de pensar e agir de todos que colaboraram com sua elaboração. E também deve ser um caminho para que todos possam mostrar suas habilidades e enriquecer essa instituição. Com tudo isso, percebe-se que são três instituições que influenciam na construção do PPP: escola, comunidade e governo.

Assim, conclui-se que o projeto político-pedagógico apresenta dois desafios: o primeiro relaciona-se com a sua complexidade, pois, por ser um instrumento de construção coletiva, torna difícil a tarefa do grupo docente de executar as normas e diretrizes governamentais, satisfazer as necessidades da comunidade e executar o próprio projeto na íntegra. O segundo desafio liga-se à participação efetiva de crianças com deficiências a comunidade, pela

complicada comunicação entre pais, alunos e professores. Portanto, a escola deveria promover maior interação com a comunidade local para que seja possível atingir as metas e concretizar seu plano de ação, assim como transformar a escola em um ambiente global, unindo questões pedagógicas, administrativas e políticas para ajudar essas crianças com deficiências.

REFERÊNCIAS

BARROSO, J. (Org.). **A escola pública: regulação, desregulação, privatização**. Porto: ASA, 2005.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. 3 ed. **Totalmente revista e ampliada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Freire (1996, p. 25-66)

FERREIRA, Liliana S. **A construção do Projeto Político-Pedagógico. UNIDADE I: Fundamentos Teóricos –Metodológicos**. Curso de Especialização lato-sensu em Gestão Educacional, 2009.

FREINET, C. e SALENGROS, R. **Modernizar a escola**. Trad. de A Barbosa. Lisboa, Dinalivro, 1977.

GADOTTI, M. **O projeto político-pedagógico na escola: na perspectiva de uma educação para a cidadania**. Brasília, 1994.

GENTILLI, P. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América latina. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez.2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar, políticas, estruturas e organização**. 2 ed. SP: Cortez, 2005.

MEIRIEU, Philippe. **Aprender... sim, mas como?** Porto Alegre: Artes medicas, 1998

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec /ABRASCO, 1992.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. de Magda F. Lopes et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Luís: Libertad, 2004

VEIGA, Ilma Passos A. (Org). **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2004.